



Relatório de Atividades e contas

2019

A DIREÇÃO	Aprovado pela Assembleia Geral	Data
		13/06/2020



ÍNDICE

1. Nota Introdutória	3
2. Apresentação Institucional	4
2.1. A Organização	4
2.2.1. Missão, Visão e Valores	4
3. Análise do Desempenho Global da AIPAR em 2017	5
3.1. Apresentação dos resultados do Programa de Gestão	5
3.1.1. Assegurar o funcionamento das respostas sociais	5
a) Centro de Acolhimento Temporário	5
b) Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental	9
c) Apartamento de Autonomização	12
d) Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)	14
e) Cantina Social	17
3.1.2. Desenvolver a área do Apoio Social à comunidade e família	17
a) Distribuição de Cabazes	17
b) Apoio de vestuário, mobiliário e outros bens	17
3.1.3. Candidaturas a Programas de Apoio	17
Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS 4G	18
3.2. Apostar na Qualidade enquadrada na norma ISO 9001	21
3.2.1. Avaliação da Satisfação	21
3.2.2. Plano de Formação	21
3.3. Fortalecer a Imagem da Associação	21
3.4. Garantir as condições de sustentabilidade financeira da Associação	22
4. Apoios	23
5. Recursos	25
5.1. Recursos Humanos	25
5.1.1. Quadro de Pessoal	25
5.1.2. Voluntários	25
5.2. Recursos Materiais	26
6. Análise económica e financeira	27
7. Notas Finais	28
ANEXOS:	
Relatório de Contas 2019	



1. Nota Introdutória

Este relatório, balanço e contas reflete as ações e atividades desenvolvidas pela AIPAR, durante o ano de 2019, nas suas áreas de intervenção social, concretizando a sua missão, visão e valores, assim como a sua estratégia organizacional.

Apresenta o balanço funcional da sua atuação, a execução orçamental que permitiram alcançar os objetivos definidos no respetivo plano de ação e, consequentemente, identifica áreas de intervenção prioritária ou de melhoria estabelecidas para o ano seguinte.

Este documento mostra, ainda, o alinhamento das atividades em exercício com as prioridades estratégicas estabelecidas ao nível económico e financeiro, ao nível da satisfação dos clientes e ao nível da capacidade de inovação, pois a Associação mantém-se bem focada em todas as questões desta natureza.

No ano em análise destaca-se como relevante: a implementação de uma nova resposta social – Centro de Atividades Ocupacionais, com celebração de acordo típico entre a AIPAR e o Centro Distrital de Segurança Social/Instituto de Segurança Social e o esforço realizado para manter a sustentabilidade financeira da AIPAR, através da manutenção e inovação dos serviços existentes, atividades de autossustentabilidade e candidaturas a programas municipais e nacionais (CLDS) e do apoio do mecenato.

Nas páginas deste documento, pretende-se que esteja refletido o trabalho, empenho, esforço e dedicação da Direção desta Associação bem como a responsabilidade e empenhamento em cumprir a missão por parte da Equipa de Recursos Humanos, através da prestação do apoio necessário às crianças, jovens e famílias que são referenciadas e admitidas nas diferentes respostas sociais.



2. Apresentação Institucional

2.1. A Organização

A Associação de Proteção à Rapariga e à Família (AIPAR) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), cujos fins e atividades principais são a prestação de apoio no domínio da Infância, da Juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo e apoio à família e à deficiência, tal como previsto nas alíneas a) e b), respetivamente, do art 1.º - A, do Dec. Lei 172-A/2014, de 14 de novembro. A AIPAR é membro da Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina.

Em 2019, a AIPAR manteve em funcionamento três respostas sociais na área de intervenção da infância e juventude, com acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social, nomeadamente o Centro de Acolhimento Temporário, o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, o Apartamento de Autonomização.

Uma resposta social na área da deficiência, com acordo de cooperação típico celebrado em Outubro de 2019, com o Centro Distrital de Segurança Social, nomeadamente o Centro de Atividades Ocupacionais.

Manteve-se, também, o protocolo de colaboração celebrado com a mesma entidade, no âmbito do Programa de Emergência Alimentar – Cantina Social.

Em Outubro de 2019, a convite do Município de Faro apresentámos candidatura a entidade coordenadora local da parceria (ECLP) nos termos do ponto 1, do artigo 10º, da Portaria nº 229/2018 de 14 de Agosto, que visa apoiar financeiramente os Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 4º geração (CLDS-4G).

2.2. Missão, Visão e Valores e Política de Qualidade

Missão

A AIPAR visa “**proteger e promover os direitos de jovens raparigas e apoiar e capacitar as famílias, respeitando as diferenças.**”

Visão

- Ser uma instituição global, plural e coesa, reconhecida como referência em termos da qualidade da sua intervenção junto dos técnicos da área, da sociedade civil e da tutela, assumindo-se como referencial ao nível do acolhimento de jovens em situação de perigo, da qualificação dos seus ativos e gestão de recursos;
- Ser uma instituição fortemente implicada com os agentes sociais, económicos e culturais e reconhecida como parceiro fundamental para o desenvolvimento regional, nacional e internacional;
- Ser uma instituição de referência ao nível da inclusão social e inovadora no campo da formação e participação dos seus públicos alvo, internos e externos, e vista por eles como prestando um serviço adequado, inclusivo e de qualidade

**Valores**

- Qualidade dos serviços prestados;
- Rigor, autonomia, responsabilidade e flexibilidade na gestão;
- Dedicação, competência, produtividade e responsabilidade dos profissionais;
- Ética profissional;
- Trabalho em equipa;
- Disponibilidade para a mudança.

Atualmente a AIPAR continua a ser um referencial ao nível do acolhimento de jovens em situação de perigo, da qualificação dos seus ativos e da gestão dos recursos de que beneficia. Para além disso, já é uma instituição fortemente implicada com os agentes sociais, económicos e culturais e reconhecida como parceiro fundamental para o desenvolvimento do concelho e da região.

3. Análise do Desempenho Global da AIPAR em 2019

3.1. Apresentação dos resultados do Programa de Gestão

3.1.1. Assegurar o funcionamento das respostas sociais

a) Casa de Acolhimento Residencial – CAT- "Proteção à Rapariga"

Ao longo do ano de 2019, frequentaram a casa de acolhimento "Proteção à Rapariga", um total de 24 jovens, das quais apenas 9 jovens foram admitidas nesta Casa de Acolhimento.

Destaca-se que o grupo etário em prevalência, em 2019, foi dos 17-19 anos. Esta situação emerge de dois factores: o acolhimento há mais de dois anos das jovens nesta casa de acolhimento e por outro lado a idade da jovem aquando da admissão ser maioritariamente entre os 16-17 anos.

Quadro n.º 1

Grupo etário	Nº de utentes que frequentaram o CAT em 2019	Nº de utentes que saíram do CAT em 2019
20-21	2	0
19-20	0	0
18-19	6	4
17-18	8	3
16-17	2	0
15-16	3	0
12-13	1	0
12	2	0
Total	24	7



A maioria das jovens chega ao Centro de Acolhimento Temporário (CAT) com várias problemáticas associadas: problemas de comportamento médios ou graves (agressões físicas, pequenos furtos, entre outros), problemas de saúde mental, vítimas de violência doméstica, fugas de casa dos pais, absentismo escolar e/ou consumos vários de substâncias psicoativas.

Durante o ano em análise, **7 jovens tiveram a sua medida de acolhimento residencial cessada**, na sequência da alteração da medida de promoção e proteção: 2 continuaram com a medida de acolhimento residencial tendo, uma sido transferida para outra casa de acolhimento dentro do distrito e outra para o apartamento de autonomização e 3 saíram após a maioridade. Refere-se, ainda, que 2 das jovens tiveram a sua medida completamente cessada.

As jovens que estavam em acolhimento no CAT, no final de 2019, encontravam-se, na sua maioria, a desenvolver um Plano Socioeducativo (PSE) adequado às suas necessidades e às suas capacidades.

Avaliação da Intervenção:

Em 2019, a Casa de Acolhimento Proteção à Rapariga, desenvolveu muitas e diversas atividades e projetos, visando a promoção de competências pessoais, sociais e relacionais das jovens, de que destacamos:

Quadro n.º 2

Dinâmica interna da Casa de Acolhimento

Atividade	Descrição da Atividade
Gestão de Caso	<p>Estas atividades são realizadas semanalmente, ao longo do ano:</p> <ul style="list-style-type: none">- Participação no processo de admissão e de acolhimento das jovens;- Avaliação diagnóstica das jovens e construção do PSE;- Atendimentos regulares entre as gestoras de caso e as jovens para balanço dos PSEI e para redefinição (se necessário) de estratégias de atuação;- Promoção de treino de competências pessoais e de gestão económica, aconselhamento, orientação, esclarecimento de dúvidas, bem como o encaminhamento de situações para diferentes respostas, efetuados nos atendimentos individuais com as jovens;- Contactos telefónicos e reuniões com os responsáveis parentais ou legais das jovens, a fim de se envolver a família no processo de acolhimento das jovens e preparar, caso seja possível, a posterior reunificação familiar;- Acompanhamento das visitas familiares e/ou supervisão das mesmas em caso de necessidade identificação ou solicitação do tribunal



Reuniões Comunitárias	- Reuniões semanais com as jovens, presididas pela Diretora Técnica, com a presença de elementos da Equipa Técnica Educativa, na qual são abordados assuntos relacionados com o funcionamento do CAT e são feitas reflexões, sugestões, propostas de alteração de estratégias; pretende-se promover a participação, responsabilização e envolvimento do grupo nas decisões;
Acompanhamento e apoio escolar	<ul style="list-style-type: none">- Preparação do ano letivo: reuniões com jovens para definição de regras e de estratégias de apoio e de acompanhamento escolar; preparação do material escolar; caminhadas para reconhecimento dos caminhos a pé para as escolas da cidade concretamente para as jovens que integram a instituição no início do ano letivo;- Apoio nas visitas de estudo;- Apoio na aquisição de recursos materiais e tecnológicos para o desenvolvimento de algumas aulas dos cursos profissionais (ex: fardas);- Reunião com os diretores de turma, efetuadas pelo (a) professora encarregada de educação ou pela equipa técnica.- Apoio ao estudo diário, na sala de estudo da Instituição, de acordo com os horários escolares e as necessidades próprias das jovens.
Acomp. psicológico	<ul style="list-style-type: none">- Sessões regulares de apoio psicológico com as jovens, sob responsabilidade da Psicóloga do CAT, no decurso do acolhimento, quer para mediar conflitos, quer para apoio mais individualizado.- Encaminhamento para apoio psicológico de jovens que necessitem do mesmo fora da instituição, de acordo com a problemática identificada ou acompanhamento já iniciado antes do acolhimento nesta resposta social - Hospital, GAJE, mediação familiar.
Acomp. Ao nível da Saúde	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento das jovens nas consultas médicas e nos tratamentos marcados por parte da equipa técnica.- Administração/vigilância da terapêutica medicamentosa indicada às jovens, por parte da equipa educativa e supervisionada pela técnica estipulada para o efeito.
Atividades de enrq. pessoal com vista à autonomia	<ul style="list-style-type: none">- Execução diária de tarefas quotidianas, por parte das jovens visando a sua aquisição e/ou desenvolvimento de competências ao nível da higiene pessoal e habitacional, da confecção de refeições e da organização do lar, essenciais para uma vida fora do contexto institucional. Todas as jovens tiveram tarefas, monitorizadas pela equipa educativa e supervisionadas por estas e pela equipa técnica:<ul style="list-style-type: none">• preparação de refeições: fazer lista de compras, ir às compras, preparação da refeição;• realização de tarefas inerentes às refeições (põe mesa, lavar loiça, arrumar a sala de refeições e a cozinha ...)• limpeza das casas de banho e dos espaços comuns (corredores, escadas, hall's);• limpeza e arrumação dos bens individuais;• tratamento da higiene dos animais de estimação assim como dos espaços e objetos que estes utilizam;- Realização de atendimentos individuais, no âmbito do treino de Competências Profissionais, com as jovens, que pretendiam a inserção laboral, no sentido da aquisição e o desenvolvimento de competências que promovam a integração profissional das jovens – elaboração do currículum vitae; preparação para entrevistas de emprego; preenchimento de fichas de inscrição, entre outros...



Projetos de grupo	<ul style="list-style-type: none">- Projeto Arte-Terapia, com a duração de dois anos, da responsabilidade da Arte-Terapeuta Sônia Esteves, utilizado para promover a aquisição de competências afetivas e de assertividade através da Arte-Terapia;- CRECER PELO MAR - (projeto de inclusão social através da vela intitulado "Crescer pelo Mar")- foi possível realizar as primeiras ações lúdico-pedagógicas com jovens ao abrigo do projeto Crescer pelo Mar. Que face à integração de novos parceiros, juntaram as raparigas provenientes da Associação de Proteção à Rapariga e à Família (AIPAR) com os jovens da comunidade pescatória da Culatra. Foram realizadas durante o ano de 2019, cinco saídas de mar para treino de vela.
Atividades Culturais e de lazer	<ul style="list-style-type: none">- Cultural TRIP – Programa cultural em que os jovens vão mensalmente ao cinema/teatro/espetáculos de dança, música, etc., incluindo um jantar em restaurante de acordo com o gosto das jovens.
Promoção da auto-Imagem	<ul style="list-style-type: none">- Oferta de uma ida ao salão de cabeleireiro – Philippe Stabile (Quinta Lago)- sempre que as jovens fizeram anos;- Unhas de Gel – "Morenas"- Cabeleireiro – "Célia"
Atividades religiosas	<ul style="list-style-type: none">- Participação regular das jovens em atividades de culto religioso, de iniciativa própria e sempre de acordo com as suas convicções.
Atividades de Voluntariado	<ul style="list-style-type: none">- Voluntariado na atividade "Verão sem Escaldão", promovido pela Associação Oncológica do Algarve;- Voluntariado nas campanhas Seco do Banco Alimentar;
Atividades Desportivas	<p>Atividades desportivas, promovidas pela Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none">• Judo (Clube de Judo do Algarve e Academia de Judo de Faro);• Boxe – "Arena Faro";• Basquetebol – "Os bonjoanenses";• Desportos Náuticos - SurfPadel, Windsurf e Canoagem (Centro Náutico de Faro);• Relaxamento (voluntário da Associação);• Equitação;• Passeios e caminhadas.
Atividades Socio Culturais Promov. pela Comunidade	<ul style="list-style-type: none">- Idas a feiras tradicionais (Castro Marim, Feira de Santa Iria (Faro), Silves...);- Zoomarine e Aquashow;- Idas ao Cinema;- Idas ao Teatro;- Comemoração do dia Internacional da Mulher (oferta MDM).
Outras Atividades planeadas e desenvolvidas na Instituição	<p>Comemoração da Festa de Reis;</p> <ul style="list-style-type: none">- Comemoração dos aniversários das jovens, preparados com e para as mesmas;- Passeios recreativos: Baixa de Faro, Olhão, Tavira, Fórum Algarve, Portimão; Alte (Loulé);- Piscinas e praias;- Picnic's;- Workshop's de cozinha e pastelaria principalmente nas épocas festivas;- Manhãs desportivas com caminhadas, passeios de bicicleta, peddy paper, jogos ao ar livre;- Noite de cinema na Instituição (na sala ou no terraço);- Jantares temáticos: Dia dos Namorados, Dia da Mulher, Dia de Halloween, Natal e Passagem de Ano.



Pode dizer-se que as atividades preparadas e desenvolvidas com as jovens da Casa de Acolhimento Proteção à Rapariga se mostraram adequadas e alcançaram as metas pretendidas.

Constatou-se, que todas as jovens acolhidas no período em análise, revelaram, embora de forma distinta, melhorias expressivas nas suas competências pessoais, na forma como se relacionam com o grupo e na sua inserção na Comunidade.

Aquando da avaliação da satisfação, no período previsto, constatou-se que o grau de satisfação das jovens acolhidas no CAT é bastante bom.

b) Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental "Proteção na Família", adiante designado CAFAP, continuou, em 2019, a investir na sua missão com as famílias e potenciar a relação das mesmas com a comunidade e com as redes de suporte existentes.

Como balanço da atividade desenvolvida por esta resposta social, sobressaem os seguintes resultados:

Ao longo de 2019, o CAFAP Proteção na Família, abrangeu um total de 46 famílias - 39 na modalidade de preservação familiar e 13 na modalidade de reunificação familiar.

Quadro n.º 3
Frequência das famílias

Nº de Famílias que frequentaram a resposta em 2019		Nº de Famílias que saíram em 2019	
Preservação	Reuniificação	Preservação	Reuniificação
39	7	13	2

Foram referenciados, em 2019, 15 novos pedidos de acompanhamento, tendo sido cinco sinalizadas pela CPCJ de Faro, 3 pelo Tribunal de Menores e Família de Faro, 2 pelo SNIPI - ELI Faro e os outros pedidos foram efetuados por várias entidades da comunidade.

No ano de 2019, foram admitidas 11 famílias das referencições feitas. As restantes não foram passíveis de admissão, pois 2 dos pedidos foram efetuados para Ponto de Encontro Familiar e 3 famílias não concordaram em assinar o acordo. Foram ainda admitidas 3 famílias em 2019 de referencições provenientes do ano anterior.

Foram arquivados 15 processos, sendo que a cessação foi motivada, na sua maioria, pela mudança de residência das famílias para fora da área de abrangência do CAFAP, por autonomia das famílias ou pela cessação por parte da entidade referenciadora.

No final de 2019, encontravam-se em acompanhamento 27 famílias, perfazendo um total de 82 pessoas, das quais 40 são crianças e jovens até aos 18 anos, e 42 adultos (pais e avós ou outros cuidadores).



Quadro n.º 4

Situação de acompanhamento

	Preservação Familiar	Reuniificação familiar
Admissões	12	2
Saídas	13	1
Permanência	22	5

A maioria das famílias continua com a intervenção do CAFAP, encontrando-se a ser executado o plano de Integrado de Apoio Familiar. No caso das famílias admitidas no final do ano, encontram-se na fase de avaliação familiar.

Ao longo da intervenção, privilegia-se sempre a articulação com as entidades parceiras em concreto as equipas do Setor de Assessoria a Tribunais da Segurança Social e com as escolas e equipas associadas, a fim de se recolherem as informações necessárias e de obrigação legal para além de se definir estratégias de intervenção com as crianças e jovens.

Avaliação da Intervenção:

Ao longo de 2019, foram realizadas as atividades, adiante esquematizadas no quadro n.º 3.

Este CAFAP realizou em média 544 atendimentos presenciais, no Ano de 2019, sendo, na sua maioria, em contexto domiciliário, tendo como intuito atingir os objetivos propostos no PIAF de cada família.

Estes atendimentos variaram de acordo com a necessidade de cada agregado familiar, destacando-se as seguintes áreas de intervenção:

- Ações de formação parental;
- Apoio psicopedagógico e social;

Quadro n.º 5

Atividades desenvolvidas pelo CAFAP

Atividades	Descrição do executado
Admissão de famílias	<p>Foram realizadas cerca de 31 entrevistas de acolhimento para admissão das famílias, tendo resultado nas 11 admissões, das 15 referenciadas.</p> <p>As entrevistas de acolhimento apresentam este resultado dado que regra geral são efetuadas duas entrevistas com as famílias: uma para explicar do procedimento e outra para assinatura do acordo. No caso de famílias separadas/divorciadas este número aumenta dado que é necessário fazer-se entrevistas individuais aos progenitores.</p> <p>Ao nível da avaliação diagnóstica são realizadas, em média, cerca de 4 a 6 atendimentos/família.</p> <p>A avaliação diagnóstica foi executada mediante o preenchimento da ficha de avaliação familiar desta resposta social, e complementada com alguns testes de avaliação das competências pessoais e parentais das famílias. Posteriormente foi efetuado com as famílias, o Plano Integrado de Apoio Familiar.</p>



Ações de Formação Parental	Destes atendimentos salientam-se como principais ações as seguintes: Formação parental nas seguintes áreas: Ritmos quotidianos das crianças; Reflectir sobre o exercício das responsabilidades parentais; Reforço e aquisição de competências para os exercício das responsabilidades parentais; Treino das competências pessoais e sociais; Visualização de filmes pedagógicos com reflexão da mensagem orientada pela técnica.
Apoio Psicopedagógico e Social	Nesta Atividade de Apoio psicopedagógico os atendimentos realizados com as famílias tinham como objetivo de intervenção as seguintes áreas: - Aconselhamento, orientação, formação individualizada ao nível das competências pessoais e sociais (técnicas de auto-estima e de resolução de conflitos) - Sessões individuais com os pais para reforço das competências parentais, especialmente ao nível dos cuidados básicos: <ul style="list-style-type: none">• Alimentação, saúde, higiene pessoal, segurança, estabelecimento de limites e estimulação, adaptação a novas formas de organização da vida diária, definição das rotinas, hábitos de estudo, gestão de tempo gestão de orçamento familiar, entre outras;- Sessões de consciencialização para aquisição de hábitos de higiene e organização habitacional,- Sessões de procura ativa de emprego;- Sessões de conciliação/mediação de conflitos entre os elementos da família, no sentido de promover uma comunicação mais saudável e a solução de dificuldades,- Aconselhamento e informação sobre os serviços da comunidade, identificando os recursos existentes e formas de acesso - era facultada informação sobre o apoio prestados por entidades como Segurança Social (abonos de família e bonificação por deficiência; apoio judiciário, Rendimento Social e Inserção, Pensão de Irvalidez/ velhice) facilitando-se o preenchimento de formulários para mais fácil entrega nos serviços. – Prestação de informações sobre os direitos e deveres individuais e familiares, tendo sido na sua maioria questões relacionadas com as responsabilidades parentais, fundo de garantia a menores;
Outras atividades	Realizou-se uma atividade na pausa letiva de verão (mês de Julho) dirigida às crianças e jovens das famílias acompanhados pelo CAFAP com carencias económicas, tendo como objetivo geral desenvolver a promoção de competências pessoais e sociais, em contexto de grupo. Participaram 11 crianças, com idades compreendidas entre os 6 os 15 anos, sob supervisão e monitorização dos técnicos do CAFAP e de um grupo de voluntários.
Outros Apoios	Face às necessidades das famílias, que foram verificadas nos acompanhamentos, o CAFAP efetuou: <ul style="list-style-type: none">- Articulação, através de reuniões e contactos telefónicos, com as diversas entidades privadas e públicas de apoio às famílias mediante o qual foi possível às famílias começarem a ter uma melhor articulação com as respetivas instituições de apoio;- Encaminhamento das famílias para outras entidades existentes na comunidade consoante as necessidades apresentadas pelos diversos elementos dos agregados familiares.- Entrega de bens (roupas, brinquedos e material escolar);- Cabazes alimentares;- Entrega de móveis;- Encaminhamento para os Cabazes alimentares do Banco Alimentar;

No decurso da intervenção, observaram-se mudanças positivas na organização e no funcionamento desta resposta social. Para além disso, verificou-se uma melhoria na organização e na dinâmica da maioria das famílias acompanhadas, apesar de se constatar a existência de períodos prolongados nas intervenções com as famílias, dado que há uma demora em se quererem autonomizar.

Considera-se que seria igualmente proveitoso o alargamento desta resposta ao nível do número



de vagas para a reunificação familiar, bem como a realização de ações de sensibilização/informação para as famílias no âmbito da educação parental, concretamente em grupos e comunidades em contexto de risco.

Realça-se, também, a importância de se promover o apoio familiar a famílias residentes nos concelhos limítrofes, onde as respostas sociais desta natureza são, ainda, notoriamente diminutas.

Ao nível da avaliação da satisfação, aferiu-se que as famílias apoiadas no Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental avaliam esta resposta, na generalidade, como muito positiva.

c) Casa de Acolhimento Residencial - Apartamento de Autonomização "Proteção na Autonomia"

No ano em análise, estiveram **4 jovens** em **situação de acolhimento no Apartamento de Autonomização**, no âmbito da aplicação da medida de acolhimento residencial em apartamento de autonomização.

No final do ano, encontravam-se 4 jovens no Apartamento de Autonomização: 2 jovens com medida até aos 21 anos, uma jovem está integrada no 2º ano do ensino superior e outra tem o objectivo de integrar o ensino superior no ano lectivo 2020/2021.

Uma jovem concluiu o 9.º ano profissional e outra jovem encontrava-se no 11.º ano num curso CEF. As jovens encontram-se com medidas de acolhimento residencial, com revisão semestral.

Quadro n.º 6
Frequência dos clientes no Apartamento de Autonomização

Grupo etário	Nº de utentes que frequentaram a resposta em 2019	Nº de utentes que saíram da resposta em 2019
20-21	0	0
19-20	1	0
18-19	1	0
17-18	1	0
16-17	1	0

Avaliação da Intervenção:

Em 2019, a Técnica afeta ao Apartamento apostou na execução de atividades que impulsionassem o desenvolvimento pessoal e social e o treino de competências necessárias ao quotidiano das jovens: formação pessoal e social, supervisão das atividades escolares e/ou profissionais, procura ativa de emprego em part-time, gestão doméstica, gestão do orçamento familiar e apoio na utilização das redes interinstitucionais de suporte.



Quadro n.º 7

Dinâmica do Apartamento de Autonomização

Tipo de Atividade	Descrição do executado
Atividades de acompanhamento do projeto de vida	Realizaram-se reuniões individuais com as jovens para elaboração do plano Sócio Educativo Individual (PSEI) e elaboração do Plano de Autonomização Individual e definição e delineação de objectivos semanais de cada jovem. Realizaram-se reuniões de grupo, com as jovens, para realização da ementa semanal. Acompanhar individualmente cada jovem e supervisionar a sua competência na resolução de situações imprevistas. Realizaram-se visitas de supervisão e orientação doméstica.
Atividades de acompanhamento escolar/formação	As jovens realizaram o registo diário do seu dia escolar, com a professora de apoio. A encarregada de educação deslocou-se semanalmente ao estabelecimento de ensino para se informar sobre o percurso escolar da aluna. Realizaram a preparação para as visitas de estudo.
Atividades de apoio ao nível da saúde	Realizaram-se consultas de rotina no centro de saúde com o médico de família; consultas de optometria na Wells; consultas de ortopedia na clínica do Alportel; consulta de especialidade maxilar no hospital de Portimão; consultas no dentista; consultas de psicologia e de pedopsiquiatria. Todas as situações de resposta imediata foram resolvidas. Encontram-se em acompanhamento todas as situações que ainda precisam de resposta a médio e longo prazo
Atividades de inserção no mercado de trabalho	Elaboração de currículo vitae com as jovens que pretendiam inserir-se no mercado de trabalho, sendo essa tarefa realizada em conjunto com a técnica. Preparação das jovens para a entrevista de trabalho. Atualmente, 2 jovens encontravam-se inseridas no mercado de trabalho.
Outras atividades	As jovens participaram na festa anual da AIPAR e nas ações de voluntariado do Banco Alimentar Contra a Fome. A maioria das jovens participou nos convívios culturais, realizados mensalmente, em conjunto com as jovens do Centro de Acolhimento Temporário Proteção à Rapariga promovidos por mecenatas.

De uma forma global, pode dizer-se que as atividades preparadas e desenvolvidas com as utentes do Apartamento de Autonomização se mostraram eficazes dado que cada jovem conseguiu atingir os objetivos individuais quer ao nível escolar/profissional, quer da formação cívica. São muito participativas nas atividades propostas pela técnica e pela Direção da Associação, interagindo com jovens das outras respostas sociais, concretamente do Centro de Acolhimento Temporário.

Foi aferida a satisfação dos utentes, no período previsto, tendo-se verificado que o grau de satisfação das jovens é bastante bom, concretamente ao nível da intervenção efetuada pela técnica.



d) Centro de Atividades Ocupacionais – Proteção, Ocupação e Inclusão

O Centro de Atividades Ocupacionais Proteção, Ocupação e Inclusão, adiante designado CAO, está em funcionamento desde Outubro de 2019, após assinatura do Acordo de Cooperação entre a AIPAR e o Instituto de Segurança Social, I.P., tendo surgido como resposta a uma necessidade identificada no Algarve.

Define-se como uma resposta social da AIPAR com a missão de proporcionar, às pessoas com deficiência do concelho de Faro e concelhos limítrofes, atividades estritamente ocupacionais ou socialmente úteis, valorizar as suas capacidades, promover a inclusão social e melhorar a sua qualidade de vida e bem-estar. Esta resposta social disponibiliza apoio técnico permanente ao nível físico, psíquico, sócio e ocupacional, promovendo a participação em ações culturais, desportivas e recreativas.

O CAO tem capacidade para 24 clientes, sendo que 22 vagas são abrangidas pelo Acordo de Cooperação.

No ano em análise, estiveram **8 utentes integrados no Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)**, dos quais 7 do sexo masculino e um do sexo feminino. No final do ano, encontravam-se 7 utentes nesta resposta social.

Quadro n.º 8
Frequência dos clientes do CAO em 2019

Grupo etário	Nº de utentes que frequentaram o CAO		Nº de utentes que saíram do CAO	
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino
16-17	4	0	1	0
20-21	1	0	0	0
30-31	0	1	0	0
34-35	1	0	0	0
35-36	1	0	0	0

Avaliação da Intervenção:

Das atividades realizadas, em 2019, no âmbito do Centro de Atividades Ocupacionais destacamos:



Quadro n.º 9

Dinâmica do Centro de Atividades Ocupacionais

Tipos de Atividade	Atividades desenvolvidas
Candidatura ao PROCOOP	<p>Realização da 2ª fase do PROCOOP</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envio de documentação solicitada no decorrer da candidatura - Candidatura aprovada. Assinatura de acordo de cooperação dia 3 de Outubro de 2019 - Foi realizada uma reunião com a segurança social
Gestão e organização do serviço	<p>Foram definidos e aprovados impressos e formulários no âmbito dos processos chaves de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Candidatura 2. Admissão e Acolhimento 3. Projecto de Desenvolvimento Individual 4. Cuidados em Situação de Emergência e na Administração Terapêutica 5. Nutrição e Alimentação 6. Transporte 7. Planeamento e Acompanhamento das atividades de inclusão
Organização do espaço do CAO	Foram organizados e equipados os espaços atribuídos ao CAO.
Promoção do CAO	<p>Foi colocada uma notícia/post na página de Website da AIPAR acerca desta resposta social bem como no facebook da Instituição (ocorreram 278 interações)</p> <p>A Presidente da Direção divulgou esta resposta social em reunião de Plenário do Conselho Local de Ação Social de Faro, escolas, e municípios dos concelhos limítrofes.</p>
Admissão e acolhimento	<p>Desde de outubro de 2019 foram realizadas 9 inscrições e foram admitidos 8 clientes. Um cliente cancelou a inscrição, não se avançando para a Admissão.</p> <p>Não houve lista de espera.</p> <p>Foram realizados programas de acolhimento e relatórios de acolhimento para todos os clientes, bem como realizadas actividades e dinâmicas no âmbito da integração e acolhimento de cada cliente.</p> <p>Foi elaborada uma avaliação das necessidades e potencialidades dos clientes.</p>
Alimentação	<p>Foram servidos almoços aos clientes do CAO de acordo com as necessidades dietéticas dos mesmo.</p> <p>Os auxiliares apoiam e acompanham as refeições de acordo com as características de cada cliente.</p>
Administração terapêutica	<p>Os dos medicamentos de cada cliente são conservados e arrumados em espaço próprio no CAO.</p> <p>Foram realizados registo dos medicamentos fornecidos pelos clientes.</p> <p>Foram definidos impressos e regras relativa à toma da medicação no CAO.</p>
Transportes	A maioria dos clientes é transportado pelos seus significativos.
Reuniões	<p>Foram realizadas em 2019, 42 reuniões com as famílias dos clientes do CAO.</p> <p>Foram realizadas quinzenalmente reuniões com todos os funcionários do CAO, o que resultou em 5 reuniões desde o final de Outubro até ao mês de Dezembro.</p> <p>A equipa técnica do CAO realizou reuniões semanais.</p>

WZ
X

Relativamente às atividades do Plano de Atividades de Inclusão, foram realizadas as seguintes atividades:

Quadro n.º 10
Plano de Atividades de Inclusão

Tipos de Atividade	Atividades desenvolvidas
Atividades Lúdico-Terapêuticas	<p>Terapia Ocupacional – Foram realizadas sessões de terapia ocupacional dirigidas pelo Terapeuta e com o apoio dos auxiliares.</p> <p>Atividade Física adaptada – Foram realizados, no ginásio, exercícios de mobilização global, com exercícios de aquecimento, de fortalecimento muscular, de alongamentos, de resistência física e de relaxamento dirigidas pelo Terapeuta Ocupacional e com apoio dos auxiliares.</p> <p>Exercícios de coordenação óculo-motora – Foram realizadas no ginásio atividades de momento lúdico e competitivo, pelo arremesso de um objecto, (normalmente uma bola) a outros, posicionados estratégicamente a alguma distância dirigidas pelo Terapeuta Ocupacional e apoio dos auxiliares.</p>
Atividades de desenvolvimento pessoal e social	<p>Treino social (interior e exterior da instituição e na comunidade) – Foram realizadas atividades na promoção da manutenção e da aquisição de capacidades sociais, no que toca à comunicação quotidiana, boas normas sociais e trato urbano que se deve promover nas diversas relações com outras pessoas.</p> <p>Atelier de jogos – Foram realizadas momentos lúdicos, pela participação em diferentes jogos de mesa, em equipa ou individualmente.</p> <p>AVDI's (Atividades de Vida Diária Instrumentais) – Foram realizadas atividades para a promoção da resolução de questões da vida diária e componhamento aos serviços da comunidade por parte dos técnicos e auxiliares.</p> <p>AVD (Atividades de Vida Diária) – Foram realizadas atividades que promovem o ensino e adaptação das competências de vida diária, nomeadamente, da higiene diária dos clientes, higiene oral, higiene corporal, desfazer da barba, cuidados do cabelo, colocar e tirar a loiça da mesa, lavar a loiça, limpar a mesa, o vestir e despir, calçar, entre outras).</p>
Atividades estreitamente ocupacionais	<p>Atelier de doçaria e culinária – Foram realizadas sobremesas com os clientes mais autónomos do CAO, nomeadamente baba de camelo, salada de frutas, salame de chocolate, preparação da sopa, pipocas e gelatina com o apoio de técnicos e auxiliares.</p> <p>Atelier ervas aromáticas e medicinais – Foi feita apanha e empacotamento de ervas aromáticas com apoio dos técnicos e auxiliares. Estas atividades desenvolveram-se quer na quinta da AIPAR quer nas instalações do CAO.</p> <p>Atelier de música – Foram realizadas atividades de canto e de expressão musical com o apoio dos técnicos e auxiliares. Foram criados alguns instrumentos musicais como as maracas, tambor de lata, garrafa da chuva, entre outros.</p> <p>Atelier de poesia – Foram realizadas sessões de audição e leitura de poesia.</p>
	<p>Atelier de artes decorativas e de criatividade – Foram realizadas atividades de artes como por exemplo pintura, pintura de garrafas para elaboração de jogo de bowling, carimbos, massas modelares com apoio dos técnicos e auxiliares.</p> <p>Arranjos de espaços exteriores – Feita a manutenção e limpeza de espaços exteriores, promovendo o contacto com o ar livre e a participação em atividades no exterior. Estas atividades executaram-se no espaço do Meloal (AIPAR), pelos clientes mais autónomos com o apoio da equipa técnica e auxiliares.</p> <p>Atelier de TIC – Foram realizadas atividades com envolvimento de equipamento tecnológico e de informática, para combate à info-exclusão com apoio da equipa técnica e auxiliares.</p>
Atividades sócio culturais	Foram feitas deslocações a jardins, parques, biblioteca municipal e praia.

De uma forma global, pode dizer-se que as atividades planeadas e desenvolvidas com os clientes do Centro de Atividades Ocupacionais, nesta fase de arranque da resposta, cumpriram os objetivos propostos.



e) Cantina Social

A Cantina Social surgiu no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, promovido pelo Instituto de Segurança Social, I.P. Este programa teve o propósito e a preocupação de atuar nas situações mais vulneráveis em termos de carência alimentar, através de uma lógica de proximidade e maximização dos recursos já existentes.

Durante o ano em análise, houve a continuidade do protocolo de colaboração estabelecido, tendo sido fornecido o número de refeições diárias estabelecidas em protocolo, a famílias com critérios que as colocam em situação de grave carência económica e social, do concelho de Faro, encaminhadas para a AIPAR pelos Serviços de Ação Social do Município.

Quadro n.º 11

N.º de refeições diárias por mês

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
45	46	47	45	46	46	44	45	39	42	44	40

Foi aferida a satisfação dos clientes, no período previsto, tendo-se verificado que o grau de satisfação dos clientes da Cantina Social é muito bom e adequado às suas necessidades.

3.1.2. Desenvolver a área do apoio social à comunidade e família

a) Distribuição de Cabazes

A AIPAR continua a dar apoio a famílias carenciadas do concelho de Faro distribuindo cabazes alimentares, com o apoio Banco Alimentar e outros apoios pontuais de outras entidades.

b) Apoio de vestuário, mobiliário e outros bens

A AIPAR continuou, em 2019, a distribuir vestuário, calçado e mobiliário a famílias carenciadas, tanto através da sua resposta social CAFAP como no âmbito da articulação com entidades parceiras que solicitaram esse tipo de apoio.

Para esse efeito, esta associação pôde contar com donativos em géneros alimentares, vestuário, mobiliário e ações de colaboração de vários mecenos da comunidade, nomeadamente empreendimentos hoteleiros mas também pessoas individuais que se dirigem à associação.

3.1.3. Candidaturas a Programas de Apoio

No sentido de, por um lado, se encontrar soluções para as necessidades sentidas quer pelos beneficiários das respostas sociais da Associação, e por outro, melhorar e inovar os serviços de sustentabilidade da AIPAR, considerou-se pertinente elaborar-se algumas candidaturas a programas nacionais na tentativa de trazer novos projetos e atividades à Associação.

Assim, ao longo de 2019, foram realizadas as seguintes candidaturas:

M.R
08

Quadro n.º 13

Resumo das candidaturas efetuadas

Candidatura/Medida	Entidade promotora	Objetivo	Resultado
Apoio ao Associativismo	Câmara Municipal de Faro	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a capacidade de apoio à comunidade do concelho de Faro, perante o nº de pedidos de apoio existentes no concelho de Faro decorrentes de bolsas de pobreza onde as crianças são as principais vítimas. - Realizar manutenções corretivas na instituição, com o reposicionamento dos equipamentos de forma a ter uma utilização mais eficiente no caso de sinistro e sinalética de segurança. 	Aprovada
PROCOOP - CAO	Instituto de Segurança Social, I.P.	- Celebração de novo acordo de cooperação para criação do CAO	Aprovada
PROCOOP – Respostas Inovadoras	Instituto de Segurança Social, I.P.	- Implementação de um centro de apoio nocturno a crianças	Aguarda-se resposta
Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) 4G	Fundo Social Europeu e Instituto de Segurança Social, I.P. (CRESC 2020)	- Trabalhar as competências de famílias com baixos rendimentos, com crianças e jovens, no sentido de diminuir a pobreza infantil	Aguarda-se resposta

Pode dizer-se que a meta definida para a continuidade do funcionamento das respostas sociais foi satisfatoriamente alcançada.

Relativamente ao funcionamento das respostas sociais existentes continuaram a existir os acordos de cooperação com a Segurança Social e foram elaboradas candidaturas para a obtenção de financiamento visando o reforço do financiamento das mesmas.

Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 4.ª Geração – CLDS 4G

No âmbito do Programa CLDS-4G (Contrato Local de Desenvolvimento Social de 4.ª Geração), a AIPAR, foi convidada Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) no Concelho de Faro, a convite deste Município, tendo apresentado uma candidatura, em Outubro de 2019, da qual aguarda decisão por parte da Autoridade de Gestão, mas tal como prevê a legislação enquadradora, estão contratadas duas técnicas, desde outubro de 2019, a trabalhar na preparação e programação das atividades do CLDS.

O Projeto, adiante designado de operação, que terá a duração de 36 meses, (2019-2022), será composta por diversas ações a desenvolver por uma equipa multidisciplinar, com formação nas áreas económica e social, e focaliza a sua atividade no Eixo II – Intervenção Familiar e Parental, preventiva da pobreza infantil, direcionando a sua intervenção, de acordo com o art.º 7.º da portaria n.º 229/2018 de 14 de Agosto, aos agregados familiares de baixos rendimentos com



crianças e jovens.

O CLDS4G assenta a sua intervenção, de acordo com a Portaria n.º 229/2018, de 14 de Agosto numa intervenção de proximidade fortalecida na sua base de atuação, realinhando os seus objetivos fundamentais, reforçando a proatividade de todos os agentes na busca de soluções para as diferentes problemáticas dos cidadãos e promovendo o crescimento sustentável e inclusivo dos territórios.

A área geográfica de intervenção deste CLDS é o Concelho de Faro, embora tenha especial incidência na freguesia de Montenegro, União de Freguesias Conceição e Estói e na União de Freguesias Sé e São Pedro as atividades incidirão no bairro da Cidade de Hayward.

O plano de ação, tem como objetivo essencial, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, promovendo a capacidade de integração, inclusão e de acesso a informações, recursos e serviços de municípios que continuam a ter dificuldades em aceder a oportunidades que estão ao alcance de outras pessoas residentes no Concelho.

A execução do projeto, só terá o seu início formal após a assinatura e submissão do termo de aceitação da candidatura aprovada.

Mesmo assim, o processo de planeamento e organização começou no prazo previsto, tendo-se realizado diversas atividades:

Quadro n.º 12

Atividades realizadas no CLDS 4G

Atividade	Descrição do previsto para a Atividade	Descrição do executado na atividade
Planeamento, execução e avaliação do projeto ao longo da intervenção	<p>Atividade transversal a toda a intervenção de periodicidade regular.</p> <p>Organização do projeto, planeamento das atividades, apresentação do projeto às entidades e aos destinatários diretos, adaptação de espaços, execução e avaliação do projeto</p> <p>Contratação da equipa técnica</p> <p>Aquisição de equipamentos e materiais necessários para a realização das atividades</p> <p>Organizar e manter atualizados os processos contabilísticos e o processo técnico do CLDS 4G</p> <p>Participar nas reuniões dos parceiros e/ou CLAS para as quais o CLDS 4G é convidado</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação, no inicio de Outubro, de dois elementos da equipa técnica, concretamente da coordenadora técnica e da economista, com a celebração de contrato a termo certo, duração de 36 meses. - Definição de um espaço (sala) no piso 0 da sede da AIPAR para funcionamento do CLDS 4G. - Reuniões da equipa técnica existente para se definirem os procedimentos a seguir na fase inicial do projeto, nomeadamente a leitura e análise da documentação existente no âmbito do CLDS: legislação, guia de procedimentos do POIST; pesquisa no site do CRESC 2020, com o download de documentação relevante; - Organização documental e monitorização das ações do CLDS, desde o arranque do projeto, em outubro de 2019; havendo um esforço no sentido de se constituir os dossieres pedagógicos; - Leitura do plano de ação e revisão do orçamento com verificação de aspetos decorrentes de alterações; - Reuniões da equipa técnica com a Direção do ECLP; - Participação da equipa técnica em reunião entre a Direção da ECLP e o TOC; - Aquisição de telemóveis que potenciaram a comunicação entre a equipa técnica do CLDS, entre esta e a Direção, e com outros parceiros. - Contactos (telefónicos e presenciais – reuniões) com entidades públicas e privadas do concelho de Faro para verificação e possibilidade de estabelecimento de parceiros para a execução das atividades nos territórios considerados prioritários.

MD
X

Atividade	Descrição do previsto para a Atividade	Descrição do executado na atividade
Divulgação do projeto Pegada Triangular	<p>Prevê-se uma estratégia de divulgação, que será transversal a todo o projeto, que assentará em quatro domínios:</p> <p>A: Criação da imagem e identidade do projeto (logótipo)</p> <p>B: visibilidade - divulgação das atividades e dos produtos nas redes sociais e nas páginas Web dos parceiros; envio de informação regular para divulgação pelos meios de comunicação (por exemplo: agenda municipal) de outras entidades relevantes (Câmara Municipal de Faro, Juntas de Freguesias, entre outras);</p> <p>C: Comunicar - criação e dinamização dos perfis de facebook e Instagram para o projeto, gerida pela equipa - onde será colocada informação, com a utilização de uma linguagem inclusiva e a utilização de estratégias para que pessoas com deficiência e incapacidade consigam aceder à informação, gerida pela equipa.</p> <p>D: relatórios semestrais para as entidades CLAS e ISS</p>	<p>Outubro a Dezembro de 2019:</p> <ul style="list-style-type: none">- Contactos (telefónicos, email e reuniões), com entidades públicas e privadas do concelho de Faro, a fim de apresentar o projeto em aprovação e definirem-se formas de articulação.- No âmbito da visibilidade do projeto, a equipa técnica do CLDS 4G de Faro participou, a convite do Município de Faro nos dias 10 e 11 de dezembro de 2019, no Centro de Congressos de Lisboa no evento Portugal Economia Social 2019, no sentido de divulgar as atividades previstas a desenvolver no âmbito do projeto do CLDS 4G. <p>A notícia desta atividade foi colocada no facebook e na página Web da AIPAR</p>

Para além destas atividades, em Novembro de 2019, a Unidade de Apoio a Programas da Segurança Social remeteu um pedido de esclarecimentos/alterações e substituições a efetuar no plano de ação.

As alterações e esclarecimentos foram efetuados sob orientação/recomendação da interlocutora distrital executiva em reunião efetuada na sede do Centro Distrital da Segurança Social/instituto de Segurança Social de Faro.

Neste seguimento foram contactadas diversas entidades públicas e privadas existentes no concelho de Faro, no sentido de se proporem parcerias para a disponibilização de espaços para realização das atividades nos diferentes territórios do concelho de Faro.

Foram substituídas e alteradas 6 atividades (quadro n.º 3) que consequentemente acarretaram alterações nas rubricas **1. Encargos com pessoal**, **2. Encargos diretos com a aquisição de bens** e **3. Encargos gerais**, do orçamento inerente a essas atividades e portanto no total do orçamento.

Em síntese:

Numa avaliação geral, pode dizer-se que no âmbito da primeira atividade (Planeamento, execução e avaliação do projeto ao longo da intervenção, através contactos e diligências regulares da equipa com os atores locais), este projeto prevê criar condições para implementar novas dinâmicas locais, nomeadamente quanto ao envolvimento de novos públicos e sobretudo no que se refere a novas formas de pretende-se diversificar as parcerias a nível local,

Nº 2
F

envolvendo instituições de perfis muito diversos.

Como principais constrangimentos à execução das atividades do projeto como por exemplo, a não existência de um Guia de Apoio à elaboração da candidatura nem à execução dos CLDS 4G, no que concerne à constituição do dossier pedagógico e de preparação das atividades, o que poderá ocasionar a eventual alteração ou revisão de todos os instrumentos e formulários criados após a aprovação da candidatura e o tempo decorrido entre a submissão da candidatura e a aprovação da mesma, o que ocasiona alguma incerteza na execução das atividades que só poderão ter início com a decisão de aprovação enviada pela Autoridade de Gestão.

3.2 Apostar na Qualidade enquadrada na norma 9001

Continuaram-se a aplicar procedimentos inerentes ao processo da qualidade: criação e uniformização de procedimentos nas diferentes respostas sociais, avaliação da satisfação dos funcionários e dos clientes, plano de emergência, cumprimento do plano HACCP, Plano de Formação, entre outros.

3.2.1. Avaliação de Satisfação

Ao longo do ano e em períodos de tempo previamente estabelecidos, foi realizada a avaliação de satisfação dos clientes das várias respostas sociais e dos funcionários da Associação, efetuada através do preenchimento de um questionário enviado, maioritariamente, através de um formulário do Google drive. Foi aplicado manualmente aos clientes que não possuem equipamento informático.

Dos dados obtidos foi possível aferir que quer dos clientes das diversas respostas sociais, quer os funcionários da AIPAR avaliaram, na sua maioria, o trabalho da Associação como positivo, sugerindo ações de melhoria que a Direção está a analisar no sentido de dar uma resposta atempada, consoante as necessidades diagnosticadas.

3.2.2. Plano de Formação

No sentido da valorização profissional desta equipa de trabalho, os funcionários frequentaram, ao longo de 2019, 8 ações de formação com um volume de formação total de 363 horas.

3.3. Fortalecer a imagem da Associação

Fortalecer a imagem e o nome institucional, é uma meta constante da AIPAR, junto da comunidade ao longo do país.

No decurso de 2019, esta meta foi alcançada, através da representação da Associação em eventos de interesse público, da realização parcerias com as entidades públicas e privadas e da procura de mecenias.

A fim de divulgar os serviços existentes na AIPAR e por outro lado, aumentar a notoriedade e reforçar o posicionamento da Associação, foi feito ao longo do ano, a gestão de conteúdos na



M22

dn

página do Facebook, e da página WEB da AIPAR, através da publicação de conteúdos referentes à atividade das respostas sociais e dos serviços mais relevantes. Efetuou-se, ainda, no período respetivo, a divulgação da possibilidade de consignação do IRS à AIPAR, através da colocação da mensagem nas redes sociais e nas assinaturas do. Pretende continuar-se a apostar na divulgação das suas boas práticas através destes meios de comunicação.

Para reforçar a divulgação efetuada, junto da comunidade, a AIPAR envolveu-se nas seguintes atividades e/ou projetos:

Quadro n.º 14

Atividades de representação institucional, divulgação e marketing da Associação

Atividade	Calendarização	Descrição
Festa de Reis	05/01	Evento realizado anualmente para o qual são convidadas as entidades e pessoas individuais que apoiam ou foram parceiras da AIPAR ao longo do ano, destacando-se, entre outras, Segurança Social, Município, Forças de segurança, Município, CPCJ's, Tribunais, comunidade educativa das escolas que as jovens frequentam, parceiros sociais, mecenas e voluntários. É o momento em que se entregam os presentes de Natal, individuais e coletivos, às jovens acolhidas nas Casas de Acolhimento da AIPAR.
Campanha Nacional do Banco Alimentar	Bianual (Maio e Dezembro)	Participação na Campanha Saco do Banco Alimentar, com o apoio dos voluntários e dos clientes das várias respostas sociais da AIPAR, quer na recolha de bens alimentares no Pingo Doce da Penha, em Faro.
Oferta de brinquedos, roupas e outros bens	Ao longo do ano	Articulação com outras entidades públicas e privadas, do concelho de Faro para oferta de brinquedos, roupas e outros bens necessários. Apoio social a famílias através de cabazes e de bens como vestuário, calçado, mobiliário e outros materiais para manutenção e melhoria das condições das casas.
Participação com os Padrinhos de Portugal	Ao longo do ano	Apadrinhamento de uma criança residente em Moçambique, através da Associação Padrinhos de Portugal, com o objetivo de sensibilizar as jovens acolhidas no CAT para a partilha e solidariedade.
Representação Institucional	Occasional	A Presidente da Direção ou um representante por si designado, costuma estar presente nas reuniões regulares com várias entidades da comunidade, com as quais estabeleceu parceria: - Rede Social - Conselho Local de Ação Social de Faro (CLAS); - Rede Regional do Algarve de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (RRAAPVTSH); - Grupo de Apoio a Toxicodependentes de Faro - no âmbito de um projeto social

3.4. Garantir as condições de sustentabilidade financeira da Associação

A AIPAR mantém a sua aposta no desenvolvimento de novas atividades e respostas que lhe permitem prosseguir com a sua meta de inovação e de sustentabilidade da Associação, continuando a esforçar-se para diminuir os custos gerais e aumentar as suas fontes de financiamento.

Nesta perspetiva continua a desenvolver as seguintes atividades:



A. Sistemas de Eficiência Energética - a AIPAR continua empenhada no seu trabalho de eficiência energética e de respeito pelo ambiente e que têm produzido resultados positivos:

- controlo nos gastos de água, luz e gás;
- utilização de ecopontos domésticos;
- reutilização de materiais;
- utilização de lâmpadas economizadoras;
- redução da taxa de utilização do elevador.

B. Venda de Energia Eléctrica - continua a venda da energia produzida pelos painéis solares adquiridos em 2012.

C. Serviço de refeições para eventos "Aromas, Cores e Sabores" - É um dos serviços mais conhecidos da AIPAR e que muito tem contribuído para a divulgação da Associação. Nesse sentido, continuou-se a apostar nesta atividade no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado e aumentar o número de clientes.

D. Rentabilização da moradia adquirida na rua de Alportel, n.º 39 - Ao longo de 2019, a AIPAR continuou a rentabilizar este espaço, através do arrendamento habitacional de longa duração. Tendo sido realizadas as devidas manutenções do espaço.

E. Utilização da quinta adquirida no Sítio do Meloal - Foram plantadas amendoeiras no terreno existente no Meloal. É uma moradia com terreno que constitui-se como um espaço de complementariedade ao da sede, para efeitos de realização de atividades das várias respostas sociais.

4. Apoios

4.1. Financeiros

- Segurança Social, através dos acordos de cooperação estabelecidos para as várias respostas sociais;
- Município de Faro, através da candidatura - Apoio ao Associativismo- que visa o apoio às Instituições de desenvolvimento social do Concelho;
- IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, para a integração de uma técnica na área do Serviço Social, através da Candidaturas à Medida de Estágios Profissionais na área do Serviço Social;

4.2. No âmbito da oferta de produtos alimentares, outros materiais e/ou bens

- Banco Alimentar contra a Fome, Faro;
- Grupo Hubel, produtor agrícola;
- QB Take Away;
- C&A Modas Portugal;
- Sapataria Garrocho e Filhos;
- Martinhal Quinta do Lago Family Resort;
- Pizza & Baguette (Custom Meridien-Unipessoal, Ld^a)
- Ecolar – Mobiliário Ecológico e Decoração.
- Outros Mecenas



4.3. No âmbito da oferta de serviços

- Estomatologista Joana Marques;
- Clínica Marta Sancho;
- Clínica Dentária e de Podologia Central;
- Célia Brito Cabeleireiros;
- Morena's Esteticista;
- Clube de Judo do Algarve;
- Barcos Tavares & Guerreiro, transporte das jovens para as ilhas;

4.4. Parcerias

Tal como em anos transatos, a AIPAR, articulou esforços e meios com as seguintes parcerias:

Parceria	Participação/cumprimento dos objetivos
Universidade do Algarve (UALG)	Três estágios curriculares na área das Ciências da Educação e Formação, sob a orientação da Educadora Social do CAT
	Três estágios curriculares na área das Ciências da Educação e Formação, sob a orientação da Assistente Social do CAFAP.
Escola Secundária Pinheiro e Rosa do Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, Faro	Dois estágios de um curso profissional de Técnico de Juventude sob a orientação da Educadora Social do CAT
Sociedade Portuguesa de Arte Terapia (SPAT)	Um estágio com sessões de Arte-Terapia em grupo, para as jovens do CAT
Associação para o Estudo e Conservação dos Oceanos (Dr. Ricardo Barradas)	Projeto CRESCER PELO MAR - Desenvolver atividades com jovens em idade escolar, integrados em instituições de acolhimento e/ou provenientes de comunidades piscatórias, no sentido de os capacitar para o desempenho de atividades de lazer, competição e profissionalizantes, sustentáveis e inovadoras, relacionadas com o mar, melhorando, ao mesmo tempo, as suas competências pessoais e qualificações técnico-profissionais para se adaptarem a contextos profissionais específicos.



Fundação António Silva Leal	Integração de uma estagiária na área dos Serviços Gerais no âmbito da formação
MUNDO A SORRIR	Promoção de troca de serviços.
GATO	Colaboração no desenvolvimento do Projeto GAP - Gabinete Apoio Psicosocial.
ECOLAR	Proporcionar às jovens experiências de interação social na comunidade e no meio empresarial.

5. Recursos

5.1. Recursos Humanos

Para cumprir com os objetivos definidos e conseguir torná-los exequíveis, em 2019, a Associação contou com os recursos humanos abaixo indicados.

5.1.1. Quadro de Pessoal

A Associação tem um total de 29 funcionários distribuídos pelas várias valências de acordo com o quadro de pessoal definido nos acordos.

CAT – 16 afectos a 100% + TOC em Avença + 2 docentes (1 através do Plano CASA, em horário completo; e 1 em regime de mobilidade estatutária do Ministério da Educação)

CAFAP – 3 funcionários afectos a 50%;

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO – 1 funcionário a 50%

CAO – 2 afectos a 50%; 5 com afectação a 100%

CLDS 4G – 2 afectos a 100%

5.1.2. Voluntários

A Associação contou ainda, como reforço nas suas atividades como **voluntários** que através das suas ações de civismo social prestaram apoio em áreas muito diversificadas:

- 2 grupos de jovens voluntários, oriundos de Espanha, que apoiaram, na generalidade, as atividades da AIPAR;
- 1 voluntário em apoio jurídico geral;
- 1 voluntário no âmbito da terapia da fala, que tem dado apoio às famílias do CAFAP, aos clientes e funcionários do CAO.

MOR
✓

5.2. Recursos Materiais

Quadro n.º 12 – Recursos materiais da AIPAR

Tipo	Recursos Existentes
Bens imóveis	<ul style="list-style-type: none">- edifício onde funciona a sede da Associação, o CAT, o CAFAP e a Cantina Social- um apartamento onde funciona o Apartamento de Autonomização- uma moradia localizada na rua do Alportel- uma quinta com área rústica e área urbana (Sítio do Meloal)
Equipamento de cozinha industrial	<ul style="list-style-type: none">- frigoríficos- fogões- máquina de lavar loiça- utensílios vários (microondas, batedeira, varinha mágica, facas, ...)
Equipamento de lavandaria	<ul style="list-style-type: none">- máquinas de lavar- máquinas de secar- tábua e ferros de engomar- utensílios vários (cestos, caixas de arrumação, armários de arrumos, ...)
Equipamento informático e tecnológico	<ul style="list-style-type: none">- computadores- impressoras- telefones- telemóveis- router internet- quadro digital interativo- coluna de música
Vaturas	<ul style="list-style-type: none">- 2 carrinhas de 9 lugares- 1 carrinha de 2 lugares- 2 carros ligeiros de 5 lugares- 1 furgão- 1 carrinha refrigerada
Equipamentos gerais	<ul style="list-style-type: none">- de refeitório- de quartos- de salas- de escritório- desportivo- lúdico/pedagógico



WZ
b

6. Análise económica ou financeira

A apresentação do balancete e do relatório e contas, em anexo a este relatório, demonstram os resultados das contas da AIPAR em 2019.



7. Notas Finais

Em 2019 a AIPAR continuou a crescer, como prova a abertura de mais uma resposta social - CAO. Destacamos o espirito de equipa dos funcionários que, diariamente, contactaram e trabalharam com os beneficiários e com as entidades privadas e públicas da comunidade; a parceria e colaboração com as instituições do CLAS outras entidades da comunidade; o esforço da direção para inovar ao nível da gestão mas também da qualidade das respostas sociais implementadas.

Cientes dos desafios e da complexidade do momento, a Direção espera que com o contributo de todos, a Instituição alcance os objetivos e desafios propostos, e contribua para responder às necessidades sociais de cada vez mais pessoas.

A AIPAR pretende, em 2020, de acordo com a missão e os seus valores institucionais, conseguir:

- Manter e melhorar o funcionamento das cinco respostas sociais já criadas:
 - Centro de Acolhimento Temporário (CAT);
 - Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental (CAFAP);
 - Apartamento de Autonomização;
 - Programa de Emergência Alimentar (Cantina Social);
 - Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).
- Implementar e executar o projeto Pegada Triangular, no âmbito do Contratos Locais de Desenvolvimento Social de quarta Geração (CLDS 4G);
- Procurar formas de financiamento para alargar a rede de apoio a prestar à comunidade, apostando na candidatura à celebração de novos acordos de cooperação com a Segurança Social através do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP) para a revisão do numero de vagas para o CAFAP;
- Garantir as condições de sustentabilidade, com a candidatura a programas municipais, a continuidade do uso do sistema de eficiência energética e energias renováveis, do serviço de refeições e arrendamento da moradia da Rua do Alportel e de outros espaços de suporte à atividade da associação entre outros;
- Fortalecer a imagem da Associação assegurando a sua representatividade junto das entidades públicas e privadas da comunidade, através de um plano de comunicação e marketing;



NW2
F

- Manter a tônica na inovação, apostando no desenvolvimento e na realização de tarefas e atividades que contribuam para o reforço da AIPAR enquanto entidade de referência no concelho e no distrito de Faro.



M&P
10/10/2014

ANEXOS



RELATÓRIO DE CONTAS

2019



AIPAR – Associação de proteção à rapariga e à família

Demonstrações Financeiros Individuais

Exercício 2019

MCPas

Índice

1 - Nota introdutória.....	3
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:	3
3 - Principais políticas contabilísticas.....	5
4 - Caixa e depósitos bancários.....	11
5 - Ativos Tangíveis.....	11
6 - Propriedades de investimento.....	12
7 - Inventários	13
8 - Outras contas a receber.....	13
9 - Diferimentos	13
10 - Fundos patrimoniais	13
11 - Estado e outros entes públicos.....	14
12 - Outras contas a pagar.....	14
13 - Vendas e prestações de serviços.....	14
14 - Subsídios, doações e legados à exploração	15
15 - Custos das mercadorias vendidas e consumidas.....	15
16 - Fornecimentos e serviços externos.....	16
17 - Gastos com pessoal.....	16
18 - Outros rendimentos e ganhos	16
19 - Outros gastos e perdas	17
21 - Resultados financeiros.....	17
23 - Informações exigidas por diplomas legais.....	18

Índice de anexos

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

- Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019
- Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2019
- Demonstração de Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2019
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2019

M. P. S.

AIPAR – Associação de proteção à rapariga e à família

Anexo às demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em euros)

1 - Nota introdutória:

“AIPAR – Associação de proteção à rapariga e à família” doravante abreviadamente designado por AIPAR e ou Associação, é uma entidade sem fins lucrativos tendo iniciado a sua atividade em 2003/10/08 tem a sua sede na Rua Monsenhor Henrique Ferreira da Silva – Edifício Proteção à Rapariga, em Faro, tem por fim apoiar e promover a juventude, designadamente as raparigas, na Diocese de Faro, independentemente da sua condição social, situação económica, etnia, ou religião, especialmente as que se encontram mais carecidas de auxílio, sejam vítimas de violência, maus tratos, abandono e, salvaguardá-las dos perigos a que podem ser expostas, propondo-se designadamente:

- a) Contribuir para o estudo dos problemas de inserção social que afetam os jovens, tomar medidas e promover iniciativas para os resolver;
- b) Cooperar com outras instituições que tenham o mesmo fim, ou fins complementares;
- c) Criar serviços e atividades sobre a sua direta orientação, nomeadamente: Lares, Centros de Abrigo e Acolhimento, Atividades de Tempos Livres, organizar encontros, reuniões, seminários e espaços de debate.
- d) Criar serviços e atividades sobre a sua direta orientação, nomeadamente: Lares, Centros de Abrigo e Acolhimento, Atividades de Tempos Livres, organizar encontros, reuniões, seminários e espaços de debate.

2 -Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

a) Referencial contabilístico

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.o 36-A/2013 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF-ESNL);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2013 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.o 106/2013 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.o 6726-B/2013 de 14 de Março.

M. P. Rosa



b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.



3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 – 20
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	3 – 7
Ferramentas e utensílios	3 – 7
Equipamento administrativo	2 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 – 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

M. P. S.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do cativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Associação tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Associação nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

M.Pas

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Associação nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Associação nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5. Imposto sobre o rendimento

A Associação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21 % sobre a matéria coletável. Ao valor de Coleta de IRC, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo corrente de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. A quantia de inventários é reconhecida como gastos durante o exercício.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários, a quantia de qualquer ajustamento de inventários é reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.18 de NCRF_ESNL.

A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período de acordo com o parágrafo 11.18 de NCRF_ESNL.

As circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.18 de NCRF_ESNL.

A quantia escriturada de inventários pode ser dada como penhor de garantia a passivos.



3.7. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.9. Ativos não correntes detidas para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzida de eventuais perdas por imparidade.



Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.11. Fundos Patrimoniais

As quotas são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas quotas ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.12. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.14. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.



3.15. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.16. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Associação reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.17. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

M. P. S.

4 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	958,70	2.211,61€
Depósitos Bancários	77.771,95	23.516,73€
Outros depósitos bancários		0,00€
Caixa e seus equivalentes	78.730,65	25.728,34€

5 – Ativos Tangíveis

5.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

- a) Os critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

No caso dos bens do Ativo Fixo Tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

- b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método de linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

- c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

Melhor

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período de 2019:

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas
Ativos fixos tangíveis				
- Terrenos e recursos naturais	114.051,64	0,00	114.051,64	0,00
- Edifícios e outras construções	1.002.254,11	198.793,85	1.002.254,11	217.624,34
- Equipamento básico	90.348,18	91.689,36	90.348,18	92.358,21
- Equipamento de transporte	127.745,45	75.674,44	127.745,45	92.488,30
- Equipamento administrativo	40.972,60	33.378,10	40.972,60	33.688,06
- Outros ativos fixos tangíveis	1.538,41	1.538,41	1.538,41	1.538,41
Total	1.376.910,39	401.074,16	1.376.910,39	437.697,32

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas
Investimentos em curso				
Ativos fixos tangíveis em curso				
- Obras Quinta do Meloal	87.731,63	0,00	87.731,63	0,00
Total	0,00	0,00	87.731,63	0,00

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações:

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto							
Saldo em 31 dezembro 2018	114.051,64 €	1.002.254,11 €	90.348,18 €	127.745,45 €	40.972,60 €	1.538,41 €	1.376.910,39 €
Aquisições							
Doações							
Revalorizações							
Transferências/Outros							
Alienações							
Saldo em 31 dezembro 2019	114.051,64 €	1.002.254,11 €	90.348,18 €	127.745,45 €	40.972,60 €	1.538,41 €	1.376.910,39 €
Depreciações e perdas imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2018	198.793,85	91.689,36	75.674,44	33.378,10	1.538,41	401.074,16	
Depreciações do período	16.830,49	668,05	16.613,66	309,96	0	36.623,16	
Transferências/Outros						0,00	
Alienações							
Saldo em 31 dezembro 2019	217.624,34	92.358,21	92.488,30	33.688,06	1.538,41	437.697,32	

6 – Propriedades de investimento

Não aplicável.

M. P. S. -

[Signature]

7 – Inventários

Não aplicável.

8 – Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31 – Dez - 2019		31 – Dez – 2018	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Outros Devedores	0,00	1.767,82	0,00	1.623,04
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00		0,00
Total	0,00	1.767,82	0,00	1.623,04

9 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte composição:

	31 – Dez - 2019	31 – Dez – 2018
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	2.416,78	1.763,00
	2.476,78	1.763,00
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		
	_____	_____
	_____	_____

10 – Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Fundos patrimoniais” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dec-2019
Fundos	1 596,15			1.596,15
Reservas estatutárias	448 607,38	26.624,56		475.231,94
Outras variações nos fundos patrimoniais	499 016,93		13.045,05	485.971,54
Resultados transitados	67.538,59			67.538,59
Resultado Líquido Exercício	26 624,56	11.285,36	26.624,56	11.285,36
Total	1.043.383,61	37.909,92	39.669,61	1.041.623,58

M. P. S.

[Signature]

11 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição:

	31 – Dez - 2019	31 – Dez - 18
Ativo		
IVA Suportado		0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0	4 590,38
IVA 50% Reembolsos pedidos	1.270,25	1 146,20
Total	1.270,25	5 736,58
Passivo		
Imposto sobre o rend das pessoas singulares (IRS)	2.325,00	2 325,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.981,69	0
Segurança Social	12.699,11	12 159,99
Fundos de compensação	179,53	81,63
Total	17.185,33	14 566,62

12 – Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

	31 – Dez - 2019		31 – Dez - 2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar		54.546,05		42 891,88
Outros Credores		4.455,71		2 196,95
Total	0,00	59.001,76	0,00	45 088,83

13 – Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2019 e 2018 foram como segue:

	31 – Dez - 2019			31 – Dez - 2018		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Energia	5.774,07		5.774,07	5 629,78		5 629,78
Prestações de serviços	40.543,75		40.543,75	13 377,70		13 377,70
Total	46.317,82		46.317,82	19 007,48		19 007,48

MTPas

GA

14 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios, doações e legados à exploração nos períodos de 2019 e 2018 foram como segue:

	31 – Dez - 2019	31 – Dez - 2018
Inst. Segurança Social – Serviços Sociais	428.470,89	421 230,46
Outros subsídios / Doações		
IEFP	3.908,52	1 263,96
Subsídios de outras entidades		
Câmara municipal de Faro	0	10 685,91
Doações e heranças		
Donativos de associações e particulares	20.462,75	12 065,70
Donativos em espécie	17.520,86	23 874,91
Donativos – Multas de processos	250,00	650,00
Donativos anónimos	0	559,75
Consignação de IRS	3.301,79	2 591,24
Total	473.914,81	472 921,93

15 - Custos das mercadorias vendidas e consumidas

A repartição dos custos das mercadorias nos períodos findos em 31 Dezembro de 2019 e 2018 foi a seguinte:

	31 – Dez - 2019			31- Dez – 2018		
	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial (01/01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	51.703,34	0,00	51.703,34	52 727,28	0,00	52 727,28
Saldo final (31/12)				0,00	0,00	0,00
Custo de vendas	51.703,34		51.703,34	52 727,28	0,00	52 727,28

MOPas



16 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foi a seguinte:

	31 - Dez - 2019	31 - Dez - 2018
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	5.269,98	6 295,87
Vigilância e Segurança	676,50	0,00
Honorários	93,05	31,94
Conservação e reparação	12.172,39	3 513,82
Materiais	23.295,99	21 055,47
Energia e fluidos	27.569,55	25 345,31
Deslocações, estadas e transportes	5.152,45	4 713,81
Serviços diversos (*)		
Comunicação	7.548,62	6 134,52
Seguros	3.643,49	2 495,30
Contencioso e notariado	276,19	30,00
Limpeza, higiene e conforto	3.567,84	3 687,81
Outros serviços	3,98	220,23
Total	89.270,03	73 524,08

17 - Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Gastos com pessoal" tinha a seguinte composição:

	31 - Dez - 2019	31 - Dez - 2018
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	282.786,80	268 369,51
Encargos sobre remunerações	58.266,44	54 398,15
Seguros	3.705,68	3 414,98
Outros gastos com pessoal	2.267,17	560,75
Total	347.026,09	326 743,39
Número de empregados	28	25

18 - Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" tinha a seguinte composição:

	31 - Dez - 2019	31 - Dez - 2018
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		
Rendas	11.725,00	4 385
Correcções Relativas Exercícios Anteriores	153,98	23 487,73
Restituição de Impostos		0,00
Imputação Subsídios Investi	13.045,39	13 045,39
Outros não especificados	730,32	
Total	25.654,69	40 918,12

MOPas

19 - Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Outros gastos e perdas" tinha a seguinte composição:

	31 - Dez - 2019	31 - Dez - 2018
Impostos	518,63	699,73
Taxas	60,00	149,53
Correcções relativas a períodos anteriores	1.300,93	8 085,29
Donativos	580,00	580,00
Quotizações	280,76	326,48
Multas	0,00	25,00
Gratificações de estímulo a utentes	4.949,60	3 883,80
Pensão de orfandade	2.144,50	993,40
Total	9.834,42	14 743,23

20 - Gastos de depreciações e amortizações

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Gastos de depreciações e de amortizações" tinha a seguinte composição:

	31 - Dez - 2019			31 - Dez - 2018		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	36.623,16		36.623,16	38 174,99	0,00	38 174,99
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	36.623,16	0,00	36.623,16	38 174,99	0,00	38 174,99

21 - Resultados financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Resultados financeiros" tinha a seguinte composição:

	31 - Dez - 2019	31 - Dez - 2018
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	5,28	0,00
Total	5,28	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	17,50	114,00
Outros gastos e perdas de financiamento	132,70	196,00
Total	150,20	310,00
Resultados financeiros	-144,92	-310,00

22 – Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do N.O. 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

23 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto no 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.o 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Faro 20 de Março de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

José da Silva Gimja
CC 30509

O CONSELHO ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO

M. D. P. S. -

M. P. S.

[Signature]

AIPAR - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA

NIF: 501650296

Demonstração dos Resultados por Naturezas

M. P. S.

AIPAR - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA

NIF: 501650296

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		46 317,82	19 007,48
Subsídios à exploração		473 914,81	472 921,93
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Lucros das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-51 703,34	-52 727,28
Fornecimentos e serviços externos		-89 270,03	-73 524,08
Gastos com o pessoal		-347 026,09	-326 743,39
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisão (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		25 659,97	40 918,12
Outros gastos		-9 984,62	-14 743,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		47 908,52	65 109,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-36 623,16	-38 174,99
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 285,36	26 934,56
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			-310,00
Resultado antes de impostos		11 285,36	26 624,56
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		11 285,36	26 624,56

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Licenciado a: LACOLOC - CONSULTADORIA E GESTÃO, LDA. Resultado por acção básica			

AIPAR - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA

NIF: 501650296

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Assinaturas :

Gerência / Administração

M.Pascoa

C.C.

[Handwritten signature]

Maria



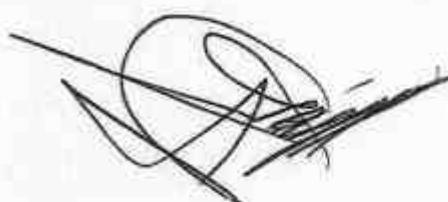
AIPAR - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA

NIF: 501650296

Balanço

Balanço

ACTIVO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2019	2018
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1 026 944.70	1 063 567.86
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros		3 529.35	2 850.63
Créditos a receber			
Activos por impostos diferidos			
		1 030 474.05	1 066 418.49
Activo corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes		5 289.37	1 623.04
Estados e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado		1 270.25	5 736.60
Outros créditos a receber		1 767.82	1 763.00
Diferimentos		2 416.78	2 034.29
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		78 730.65	25 728.34
		89 474.87	36 885.27
Total do activo		1 119 948.92	1 103 303.76

Balanc

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2019	2018
Capital próprio			
Capital subscrito		1 596.15	1 596.15
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		475 231.94	448 607.38
Resultados transitados		67 538.59	67 538.59
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		485 971.54	499 016.93
Resultado líquido do período		11 285.36	26 624.56
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		1 041 623.58	1 043 383.61
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores		2 138.25	265.21
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		17 185.33	14 566.61
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar		59 001.76	45 088.33
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo		78 325.34	59 920.15
Total do capital próprio e do passivo		78 325.34	59 920.15
		1 119 948.92	1 103 303.76

Assinaturas :

M. P. G.

C.C.

M. P. S.

[Signature]

AIPAR - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA

NIF: 501650296

Demonstração dos Fluxos de Caixa

MCPas

AIPAR - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA

NIF: 501650296

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	1	42 651,49	23 161,44
Pagamentos a fornecedores	2	- 130 780,34	- 123 512,66
Pagamentos ao pessoal	3	- 334 734,89	- 318 581,97
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	4	- 422 863,74	- 418 933,19
Outros recebimentos/pagamentos	5		- 860,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		- 422 863,74	- 419 793,67
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis	6		- 26 516,86
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	7	- 678,72	- 913,44
Outros activos	8		- 63 051,82
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	9	486 529,39	477 306,93
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		485 850,67	384 724,81
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	10	- 9 984,62	- 15 053,23
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		- 9 984,62	- 15 053,23
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		53 002,31	- 50 122,09
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		25 728,34	75 850,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período		78 730,65	25 728,34



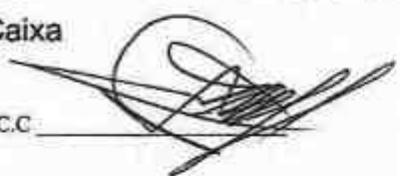
AIPAR - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA

NIF: 501650296

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Assinaturas :

Gerência / Administração M.P.S.

C.C. 

RESULTADOS POR VALÊNCIAS DO ANO DE 2019												
CONTAS	VALÊNCIAS	CAT	CANTINA SOCIAL	APARTAMENTO UTÔNOMO(ZAC)	CATERING	CAFAP	CASA ALPORTEL	CASA MELOAL	CLS	CAO	TOTAL	
71 Vendas	5 774,07		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 774,07	
7111 Venda de energia			0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
72 Prestações de Serviços	1 737,03		0,00	0,00	38 735,65	0,00	0,00	0,00	0,00	71,07	40 548,75	
721 Quotizações e juros	275,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00			275,00	
7233 Serviços secundários - m	1 462,03		0,00	0,00	38 735,65	0,00	0,00	0,00		71,07	40 548,75	
74 Trabalhos para a própria instituição			0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
741/9 Para outras			0,00	0,00		0,00	0,00	0,00			0,00	
748 Para autoconsumo			0,00	0,00		0,00	0,00	0,00			0,00	
75 Comparticipações e subsídios à exploração	362 924,50		33 880,00	24 634,40	0,00	40 625,36	0,00	0,00	4 850,55		473 914,81	
751 Subsídios de estado e outras entidades públicas												
7511 Centro Regional de Segurança Social	324 480,58		33 880,00	24 634,40	0,00	40 625,36	0,00	0,00	4 850,55		428 470,89	
7512 IEP	3 908,32		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			3 908,32	
753 Subsídios de outras entidades												
7521 Autarquias	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
7533 Doações e heranças												
7531 Demais	41 535,40		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			41 535,40	
76 Reversão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
78 Outros Rendimentos e Ganhos	13 739,70		0,00	0,00	0,00	0,00	11 725,00	129,99	0,00	0,00	25 854,89	
787 Rendimentos e ganhos em investimentos												
7873 Rendas	0,00		0,00	0,00	0,00		11 725,00	0,00			11 725,00	
7881 Correções relativas a exercícios anteriores	44,19		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109,79			153,98	
7883 Imputação de subsídios (Amortizações)	13 045,39		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			13 045,39	
7882 Devoluções/recuperação de custos	650,12							80,20			730,32	
79 Juros, Dividendos e outros rendimentos	5,38		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,38	
Subtotal (1)			391 186,58	33 880,00	24 634,40	38 735,65	40 625,36	11 725,00	129,99	0,00	4 821,62	545 882,60
61 Custo das mercadorias vendidas e das mat. Cons.	28 016,62		14 280,34	2 000,28	6 861,82	109,26	0,00	425,12	0,00	0,00	51 703,34	
61611 Gêneros alimentares	28 016,62		14 290,24	2 000,28	6 861,82	109,26	0,00	425,12			51 703,34	
61611 Outros	0,00										0,00	
62 Fornecimentos e serviços externos	48 762,08		13 285,98	3 352,21	4 236,85	4 268,16	3 447,12	9 230,57	225,00	2 657,46	89 270,08	
622 Serviços especializados	7 736,24		1 440,00	273,19	1 405,10	1 408,48	520,00	4 678,90	225,00	527,01	18 211,32	
623 Materiais	18 709,48		276,58	855,71	431,97	467,14		1 134,33		1 620,78	23 295,99	
624 Energia e fluidos	9 750,93		9 178,51	1 016,47	1 590,11	1 199,78	2 602,73	2 139,15		89,87	27 588,35	
625 Deslocações e estadas	4 529,65		0,00	819,90	2,90	0,00		0,00		0,00	5 152,45	
626 Serviços diversos	8 017,78		2 274,08	794,54	903,77	1 192,76	324,30	1 268,19		369,80	15 040,12	
63 Custos com pessoal	232 770,71		0,00	7 391,98	3 764,84	32 276,35	9 485,48	23 464,98	18 410,32	19 461,33	347 026,09	
6321 Remunerações certas	151 902,02		5 987,60	-1 155,28	24 256,80	6 520,81	18 520,00	18 477,73	14 835,19	133 034,57		
6322 Remunerações adicionais	36 679,92		421,90	3 229,24	2 968,09	883,52	2 954,13	633,47	785,27	48 627,94		
6323 Indemnizações			0,00	0,00	0,00	563,40	0,00	0,00	0,00	563,40		
635 Encargos sobre remunerações	38 785,64		1 277,88	1 031,85	5 050,66	1 517,95	3 950,65	3 277,12	3 375,69	3 266,44		
636 Seguros	3 705,68			0,00	0,00			0,00		3 705,68		
638 Outros custos com o pessoal	1 897,45			659,33				0,00		=81,18	1 837,96	
64 Amortizações	26 947,32		2 270,30	735,64	0,00	0,00	720,00	801,32	4 946,38		36 623,16	
67 Provisão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
68 Outros Gastos e Perdas	8 837,08		0,00	334,00	0,00	0,00	297,64	565,52			8 834,42	
681 Impostos	280,79		0,00	0,00	0,00	0,00	297,64	565,52	0,00	0,00	1 144,15	
688 Outros gastos e perdas	8 556,27		0,00	334,00	0,00						8 690,27	
69 Gastos e Perdas de financiamento	136,20		0,00	7,00	0,00	0,00	3,50	3,50	0,00	0,00	130,20	
691 Juros suportados	2,50			7,00			3,50	3,50			17,50	
6988 Outros gastos financiamento	132,70										132,70	
Subtotal (2)			345 249,95	29 730,32	14 031,71	34 868,43	34 653,77	13 953,64	84 481,01	23 580,80	32 068,79	584 627,34
831 Resultados por valências (1)-(2)+(3)	45 930,99		4 149,48	10 612,68	23 872,04	3 971,59	-2 238,84	-34 291,03	-25 583,90	-17 147,17	33 205,36	

M.Pas →



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedemos à apreciação dos documentos de prestação de contas respeitantes ao ano de 2019, tendo em conta os preceitos legais e os estatutos da Associação. Verificámos a documentação de suporte aos valores apresentados, numa base de abordagem, a qual nos merece a concordância deste Conselho Fiscal. Em conformidade com o exposto, somos de parecer que seja aprovada a Prestação de Contas relativa ao ano de 2019.

Faro, 15 de Junho de 2020

*Luis Cidre
Silva da F. Brito Viegas Branco
Sofia*

Ata numero cincuenta e seis

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas dezasseis horas, reuniu em segunda convocatória, a Assembleia Geral Ordinária da Associação de Pais & Amigos à Rapariga e à Família, na sua propriedade situada no Sítio de Telhal, Freguesia de Lameiras, farto, com a seguinte ordem de trabalhos constantes na Convocatória:

Ponto um - Apresentação e votação do Relatório e Contas do ano de dois mil e dezasseis;

Ponto dois - Informações.

Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Geral, seu substituto, deu a palavra a Presidente da Direcção para a apresentação das contas. Foram prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos associados. Foi igualmente apresentado o Relatório. Foi lido o parecer do Conselheiro Fiscal.

A presidente da Assembleia Geral leu o Relatório e as Contas e votaram, tendo sido ambos aprovados por unanimidade. As contas e o Relatório estarão disponíveis na página da internet.

Em relação ao Ponto dois, a Presidente da Direcção informou que, nos termos previstos no artigo 18º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março, o prazo para a realização das assembleias gerais foi adiado, de modo a Assembleia Geral só se tenha realizado nesta data.

Informou ainda de que face à evolução da situação epidemiológica do país provocada pelo novo Coronavírus - Covid-19, a ADPAR adotou todas as recomendações do DGS e do Goberno implementando as recomendações para todas as reuniões sociais através do Plano de Contingência, o qual visa acentuar e minimizar a propagação de vírus;

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - Os técnicos realizaram atendente telefónico às famílias, trataram de processos administrativos e apoiaram a casa

2 acolhimento.

CAO - Centro de Atividades Ocupacionais - (fim encerrado) - O dia (10) dezoito de maio, de acordo com as orientações da DES/ISS, os técnicos e demais trabalhadores que não tiveram necessidade de ficar em casa de apoio a filhos menores de doze anos, deram apoio na valência da Casa de Acolhimento.

Enquanto o CAO esteve encerrado, a ATPAR providenciou entrega de alimentos aos seus clientes. O CAO reabriu em 06 de junho, depois de feitos os testes à COVID-19, a todo o pessoal do CAO.

A Casa de Acolhimento e o Apartamento funcionaram normalmente com o apoio de colaboradores de outras valências. Foram privilegiados os atendimentos telefônicos e os meios de comunicação digital (videoconferência e converso eletrônico) sempre que possível, com os representantes legais e familiares das utentes para facultar informações e orientações. A nível escolar manteve-se o ensino à distância.

As fóruns começaram a receber a visita dos familiares a partir do dia vinte e nove de maio, de acordo com as orientações da DES, e cumprindo sempre as regras de segurança e distanciamento social obrigatórios.

CL DS-4G - Contratado local de desenvolvimento Social de quarta geração - Trabalho a partir de casa: preparação de atividades, contactos telefônicos e via email, reuniões através de videoconferência, limitação de reuniões presenciais (~~uma~~ uma ou duas por semana). Estas técnicas e outras de outras valências integraram a equipa suplementar que entra em serviço se houvesse profissionais infectados.

Informou ainda que foi assinado, em vinte e cinco de maio, um protocolo com o Município de Faro, que fixa a criação de uma rede temporária de apoio alimentar para dar resposta a pessoas em situação de seu abrigo.

ou famílias que se encontram em situação de carência, como consequência de surto de COVID19 que afeta o País.

Informar também, que na sequência da deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional CRESC Algarve 2020, foi aprovada a Candidatura da AIPAR ao CLDS 4+, designada por Ligeira Triangular, à qual a Associação se tinha candidatado, faz conste do Plano Capa de Faro, para ser a entidade coordenadora do Plano de Ação do Concelho de Faro e que receberemos da CCDR Algarve - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a decisão de Aprovação e Termo de Incentivos relativamente à candidatura da AIPAR.

Por não haver mais nada a tratar, às vinte horas e quinze minutos, deu-se por encerrada a Assembleia Geral, de que se fazendo a presente ato que depois de lido e aprovado foi assinado pela presidente da mesa d- Mesa da Assembleia Geral, em substituições.

Rispeai: "treze"

Rusmei: "necessidade"

Lusquei: "uma"

para voto de 8hs

Háuz de Fátima Lopes Boavida